

# **Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial**

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

**Em 31 de dezembro de 2018**

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações do resultado	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018	12

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado,  
870 Edifício Empresarial Iguatemi |  
13º andar, Sala 1308 | Vila do Golfe

14.027-250 | Ribeirão Preto | Brasil

T +55 16 3103.8940

Aos Administradores e Acionistas da  
**Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial**  
São Paulo – SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião com ressalvas

### Ativo fiscal diferido

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui registrado na rubrica “Ativos fiscais diferidos”, no ativo não circulante, o montante de R\$ 270.542 mil (mesmo valor em 31 de dezembro de 20107). Entretanto, não possui histórico de rentabilidade nos últimos anos e não nos forneceu estudo formal de viabilidade que demonstre a provável ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para compensar os prejuízos acumulados e utilização dos créditos tributários. Consequentemente, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão apresentados a maior neste montante nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

## Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1.1, em 10 de outubro de 2018, as empresas do Grupo Heber (Heber Participações S.A., as controladas diretas Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Compacto Participações S.A., as controladas indiretas Doreta Empreendimentos e Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A., Concessionária SPMAR S.A. e as “irmãs” Comapi Agropecuária S.A., Contern Construções e Comércio Ltda. e Águas de Itu Gestão Empresarial S.A.) tiveram o pedido de Recuperação homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Somado a Recuperação Judicial, a Companhia vem incorrendo em prejuízos de R\$ 293.270 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 343.964 mil em 31 de dezembro de 2017), o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 1.267.750 mil (R\$ 866.134 mil em 31 de dezembro de 2017).

A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade da Administração executar os planos da Recuperação Judicial. Essas questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude e erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2019



Marcelo Castro Valentini  
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

## Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	119.234	18.841
Contas a receber	6	19.634	19.869
Despesas antecipadas	-	3.207	3.429
Impostos a recuperar	-	1.067	548
Adiantamento a fornecedores	8	46.795	7.432
Outras contas a receber	-	240	246
		<u>190.177</u>	<u>50.365</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Depósitos judiciais	-	7.144	7.122
Ativos fiscais diferidos	9	247.910	261.300
		<u>255.054</u>	<u>268.422</u>
Imobilizado	10	9.638	11.397
Intangível	11	3.404.332	3.500.109
		<u>3.413.970</u>	<u>3.511.506</u>
		3.669.024	3.779.928
<b>Total do ativo</b>		<u><u>3.859.201</u></u>	<u><u>3.830.293</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2018	2017
<b>Passivo circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	1.335.047	806.433
Fornecedores e outras contas a pagar	13	33.024	41.383
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	-	7.605	9.336
Obrigações fiscais	14	34.470	38.251
Provisão para manutenção	15	47.781	21.096
		<u>1.457.927</u>	<u>916.499</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	1.987.432	2.189.713
Provisão para manutenção	15	19.843	31.984
Provisão para contingência	16	13.399	10.139
Obrigações fiscais	14	46.522	54.610
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	71.288	71.288
		<u>2.138.484</u>	<u>2.357.734</u>
<b>Patrimônio líquido</b>	17		
Capital social		1.439.261	1.439.261
Prejuízos acumulados		(1.176.471)	(883.201)
		<u>262.790</u>	<u>556.060</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>3.859.201</u></u>	<u><u>3.830.293</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

### Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receitas</b>	18	292.087	266.070
Custos dos serviços prestados	19	(234.465)	(215.018)
<b>Resultado bruto</b>		<u>57.622</u>	<u>51.052</u>
Despesas gerais e administrativas	19	(27.652)	(44.743)
Outras despesas	20	100	(746)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<u>30.070</u>	<u>5.563</u>
Resultado financeiro	21	(330.011)	(341.635)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>(299.941)</u>	<u>(336.072)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	6.671	(7.892)
<b>Resultado do exercício</b>		<u>(293.270)</u>	<u>(343.964)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

### Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Resultado do exercício</b>	(293.270)	(343.964)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u>(293.270)</u>	<u>(343.964)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Social		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2017</b>	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(539.237)	900.024
Prejuízo do período	-	-	-	(343.964)	(343.964)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(883.201)	556.060
Prejuízo do período	-	-	-	(293.270)	(293.270)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	1.445.031	(5.770)	1.439.261	(1.176.471)	262.790

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Concessionária SPMAR S.A. - Em recuperação judicial

### Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	(293.270)	(343.964)
<b>Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais</b>		
Depreciação e amortização	127.023	127.582
Provisão para manutenção	12.630	8.108
Provisão para contingência	3.260	8.152
Juros sobre empréstimos e financiamentos	326.333	345.869
Ajuste a valor presente	1.914	
Impostos diferidos	(6.671)	7.892
	171.219	153.639
Contas a receber	235	(2.505)
Impostos a recuperar	(519)	(97)
Despesas antecipadas	222	(1.478)
Adiantamento a fornecedores	(39.363)	(6.889)
Outros recebíveis	6	(73)
Depósitos judiciais	(22)	3.816
Fornecedores e outras contas a pagar	11.702	(22.915)
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.731)	(19.690)
Obrigações fiscais	(11.869)	33.382
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	129.880	137.190
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Imobilizado	(73)	786
Intangível	(29.414)	32.199
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	(29.487)	32.985
<b>Fluxo de caixa das atividades financeiras</b>		
Pagamento de juros e principal empréstimos	-	(167.063)
<b>Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras</b>	-	(167.063)
<b>Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa</b>	100.393	3.112
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18.841	15.729
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	119.234	18.841
<b>Aumento/diminuição de caixa e equivalentes de caixa</b>	100.393	3.112

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

## 1. Contexto operacional

A Companhia foi constituída em 28 de setembro de 2007, com a razão social DEFIS - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Em 19 de novembro de 2010, a DEFIS - Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., por meio da ata da assembleia geral de transformação, aprovou a transformação em sociedade anônima e em 20 de janeiro de 2011, por meio da ata da assembleia geral extraordinária alterou o seu objeto social, bem como a razão social para Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial, possibilitando a exploração, mediante concessão onerosa, do Trecho Sul do Rodoanel Mário Covas e construção e exploração do Trecho Leste do Rodoanel.

A Concessionária SPMAR é uma companhia do Grupo Heber que tem como objeto social a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário denominado Rodoanel “Mário Covas”. A Companhia é responsável pela administração do Trecho Sul e a construção do Trecho Leste do Rodoanel, no Estado de São Paulo. O direito de explorar o Rodoanel – “Mário Covas” foi concedido por meio de assinatura do Contrato de Concessão nº 001/ARTESP/2011.

Em 10 de março de 2011, a Companhia iniciou suas atividades mediante assinatura do Contrato de Concessão, após liquidar o preço da delegação dos serviços públicos de exploração do Sistema Rodoviário (concessão onerosa), de R\$ 389.308, em 02 de março de 2011.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação de pedágio, sendo facultada à contratante, DER-SP, desautorizar essa arrecadação. Além disso, a Companhia tem o direito de ser remunerada por fontes acessórias de receita, principalmente, receitas decorrentes do uso da faixa de domínio, observadas as restrições constantes no edital.

## **Trechos da concessão**

### **Rodoanel – Trecho Sul**

São 57 km de extensão, mais 4,4 km de interligação com a Av. Papa João XXIII, em Mauá – SP. Seu traçado inicia-se no trevo da Rodovia Régis Bittencourt - no entroncamento com o Trecho Oeste – interligando as Rodovias Anchieta e Imigrantes, além do prolongamento da Avenida Papa João XXIII.

### **Rodoanel – Trecho Leste**

O Trecho Leste possui cerca de 43,5 km e se destina a interligar o Trecho Sul, desde sua ligação com a Av. Papa João XXIII em Mauá, com a Rodovia Presidente Dutra, em Arujá. O traçado percorre o território de seis municípios: Ribeirão Pires, Mauá, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba e Arujá.

### **Bens reversíveis**

Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo poder concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

A Companhia realizou a integralização de capital de R\$ 1.445.031.

#### **1.1. Pedido de Recuperação Judicial**

O Grupo Heber apresentou em 15 de agosto de 2017, pedido de Recuperação Judicial à Justiça do Estado de São Paulo envolvendo as empresas Heber Participações S.A., Cibe Participações e Empreendimentos S.A., Compacto Participações S.A., Comapi Agropecuária S.A., Doreta Empreendimentos e Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A., Concessionária SP Mar S.A., Contern Construções e Comércio Ltda. e Águas de Itu Gestão Empresarial S.A.

A homologação do pedido de Recuperação Judicial promulgado pelo juiz ocorreu em 24 de agosto de 2017. O plano de Recuperação Judicial foi protocolado no judiciário em 31 de janeiro de 2018 e retificado em 16 de fevereiro de 2018. O plano em discussão teve sua aprovação em 18 de setembro de 2018 e homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 10 de outubro de 2018.

Assim, todos os créditos foram novados pelo PRJ e seus respectivos anexos, nos termos do artigo nº 59 da Lei nº 11.101/2005. Mediante a referida novação, e saldo se expresso de forma diversa no PRJ, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com o PRJ e anexos deixarão de ser aplicáveis.

Para análise da capacidade e dos prazos de pagamento da dívida, os credores foram segregados em classes nos seguintes valores, atualizados conforme quadro abaixo., com base na listagem do Administrador Judicial disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico no dia 10 de outubro de 2018:

Classe	Descrição	Valores expresso em milhares de reais			Valor Atualizado (a)
		AGC	Deságio	Valor Líquido	
Classe I	Credores trabalhistas	1.284	575	709	798
Classe III	Interrcompany	11.544	-	11.544	11.544
Classe III	Credores quirografários	21.498	-	21.498	25.802
Classe IV	Credores ME/EPP	2.557	-	2.557	3.029
		<b>36.883</b>	<b>575</b>	<b>36.308</b>	<b>41.173</b>

(a) Valor atualizado até o fim do fluxo previsto de pagamentos da Recuperação Judicial.

A Administração da Companhia calculou o WACC (Weighted Average Cost of Capital) – custo médio ponderado de capital - em 12,81% a.a. Desta forma, o valor presente dos pagamentos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 19.092.

Esta iniciativa é o melhor caminho para que o Grupo Heber garanta a integridade de seus ativos e possa renegociar cerca de R\$ 7 bilhões de dívidas.

As dificuldades do Grupo Heber começaram em 2014 com o agravamento da crise econômica que vem assolando o País, em especial no setor de infraestrutura, com redução expressiva de novos projetos e custo mais elevado para rolagem de dívidas. Além disso, foram efetuados pesados investimentos para a construção do Trecho Leste do Rodoanel Mario Covas em São Paulo (houve várias interferências e sujeições imprevistas que não constavam no projeto licitado) e para a operação dos Trechos Sul e Leste deste importante arco rodoviário (com menos praças de pedágio do que as estabelecidas no contrato de concessão); os resultados são custos maiores e menos receitas.

O Grupo Heber contará com a assessoria jurídica do escritório Thomaz Bastos, Waisberg e Kurzweil Advogados, e com assessoria financeira da Galeazzi & Associados

## 2. Base de preparação

### **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As presentes demonstrações contábeis estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pelos Diretores da Companhia, em 31 de março de 2019.

#### **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

#### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### **Uso de estimativa e julgamento**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 10** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 11** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 9** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 15** – Provisão para manutenção;
- **Nota Explicativa nº 16** – Provisão para contingência.

### **3. Apresentação das demonstrações e principais políticas contábeis**

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

#### **Principais práticas contábeis adotadas**

##### **a. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** custo amortizado; **(ii)** valor justo por meio do resultado e **(iii)** valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

## **b. Capital social**

### **Ações ordinárias**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e na Lei nº 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide Nota Explicativa nº 17.

### **Ações preferenciais**

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação dos Acionistas da Companhia.

## **c. Imobilizado**

### **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido, quando aplicáveis, de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

### **Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

### **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.



As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes:

Descrição	Anos
Equipamentos de informática	05
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	05

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### d. Intangível

##### **Contratos de concessão**

A Companhia reconhece um ativo intangível decorrente de um Contrato de Concessão quando ela tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação por serviços de construção e melhoria fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial. Subsequente ao reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado ao custo, o qual inclui custo de empréstimos capitalizados, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a Companhia se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

##### **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam todos os gastos, são reconhecidos no resultado, conforme incorrido.

##### **Amortização**

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Anos
Intangível em rodovia	35

Conforme previsto no ICPC 01(R1) – Contratos de concessão e no contrato de concessão, todo esse investimento realizado no período de exploração da concessão deverá retornar ao órgão concedente ao final do contrato, ou seja, a vida útil dos ativos (registrado como ativo intangível, conforme ICPC 01 (R1)), deverá ser amortizado ao longo do contrato. De acordo com a Orientação OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia optou por amortizar esse montante de forma linear, entendendo que a adoção pela estimativa da curva de demanda não ser a mais adequada as circunstâncias, visto que não reflete o real consumo do ativo ao longo do tempo.

**e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros – não derivativos**

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas-chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso haja uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**f. Benefícios a empregados**

**Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**Provisão de manutenção – Contratos de Concessão**

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

## **h. Receitas**

### **Receita de pedágio**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

### **Receita de construção**

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro a aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

### **Receita financeira e despesa financeira**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

## **i. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

## **j. Aspectos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

## **k. Determinação do Ajuste a Valor Presente (AVP)**

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- Provisão para manutenções em rodovias. A taxa de desconto utilizada pela Administração para o desconto a valor presente para esses itens é de 16,69% a.a.;
- A Companhia entende que as contas a receber de clientes e contas a pagar não sofrem impactos significativos de ajuste a valor presente devido à rápida realização de recebimento e pagamento.

### **3.1. Novas pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor**

A Companhia na adoção do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros e o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, não identificou impactos materiais que possam impactar de forma relevante as suas demonstrações contábeis a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Uma avaliação mais detalhada das alterações de prática decorrente destas normas está resumida a seguir:

#### **IFRS 15/CPC 47 – Receitas de contratos com clientes**

A IFRS 15/CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15/CPC 47 substitui as normas anteriores para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30/IAS 18 – receitas, CPC 17/IAS 11 – Contratos de construção e a CPC 30/IFRIC 13 – Programas de fidelidade com o cliente.

Na adoção, a Companhia não identificou impactos significativos em relação ao reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01/IFRIC 12, já reconhecidas hoje de forma desagregada.

#### **IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

### **Mensuração subsequente**

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação. A partir de 1º de janeiro de 2018, a classificação pode ser da seguinte forma:

- Custo amortizado;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou
- Valor justo por meio do resultado.

Nesse sentido, a Companhia classificou seus ativos financeiros como “custo amortizado” (demais ativos financeiros).

As receitas com juros provenientes dos ativos financeiros classificados como custo amortizado são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros sob as categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos. A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC48. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os passivos financeiros foram classificados como “passivos financeiros ao custo amortizado”, sendo mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### 3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não aplicáveis para adoção

#### **IFRS 16/CPC 06 (R2) Arrendamentos**

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. É efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, data em que ocorrerá sua adoção por parte da Companhia.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia, que na data destas demonstrações contábeis são imateriais e, portanto, não divulgados em nota explicativa. Consequentemente, não se espera que a adoção da IFRS 16 afete nossa capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

#### **Outras alterações**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21/IFRIC 22 – transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 – incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- ICPC 21/IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento.

Com relação à IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise mais aprofundada será necessária para identificação de seus impactos, com data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019.



#### 4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- **Contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Companhia:** o valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo;
- **Ativos intangíveis:** o valor justo de um ativo intangível recebido como contraprestação pelos serviços de construção prestados em um contrato de concessão é estimado por referência ao valor justo do serviço de construção prestado. O valor justo é calculado com base no custo total estimado. Quando a Companhia recebe um ativo intangível como contraprestação por prestação de serviços de construção em um contrato de concessão, a Companhia estima o valor justo dos ativos intangíveis pela diferença entre o valor justo dos serviços de construção prestados e o valor justo do ativo financeiro recebido;
- **Passivos financeiros não derivativos:** o valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

#### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1	1
Saldos bancários	299	1.206
Fundo de troco (a)	1.366	1.388
Aplicações financeiras (b)	117.568	16.246
	<b>119.234</b>	<b>18.841</b>

(a) Montante mantido em cofres para satisfazer a necessidade de troco para os usuários das rodovias;

(b) Aplicações financeiras junto a Caixa Econômica Federal remunerada a 100% da variação do CDI.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 24.

## 6. Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Títulos a receber	2.812	2.139
Cupons de pedágio a receber	408	596
Pedágio eletrônico a receber	16.414	17.134
	<b>19.634</b>	<b>19.869</b>

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com empresas de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 31 de dezembro de 2018, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 24.

## 7. Partes relacionadas

### Parte controladora final

A controladora da Companhia é a Infra Bertin Empreendimentos S.A. - Em recuperação judicial e a controladora final é a Contern Construções e Comércio Ltda. - em Recuperação Judicial.

### Remuneração de pessoal-chave da Administração

A Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial remunera seus Administradores, conforme valores demonstrados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Salários, ordenados e pró-labore	1.867	1.745
Vale-refeição	107	84
	<b>1.974</b>	<b>1.829</b>

### Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, fornecimento de vale-refeição e vale-transporte.

Os montantes referentes a benefícios a empregados estão apresentados a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Vale-refeição	2.847	2.206
Assistência médica	3.643	2.838
Vale-transporte	446	219
Outros	316	208
	<b>7.252</b>	<b>5.471</b>

### Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

	Ativo		Passivo		Resultado
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
<b>Adiantamentos para futuro aumento de capital</b>					
Infra Bertin Empreendimentos S.A. - Em Recuperação Judicial	-	-	71.288	71.288	-
<b>Clientes</b>					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial (a)	36	37	-	-	-
<b>Adiantamento a fornecedores</b>					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial	12.621	-	-	-	-
<b>Adiantamento de clientes</b>					
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial (a)	-	-	11.463	11.463	-
		-	-	-	-

(a) Os saldos são de natureza operacional, por conta de contratação de serviços para execução de obras do Trecho Leste do Rodoanel, o qual será compensado com as notas fiscais de prestação de serviços.

### 8. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de viagem	22	22
Adiantamento a empregados	153	103
Contern Construções e Comércio Ltda. - Em Recuperação Judicial	12.621	-
Adiantamento a fornecedores nacionais	33.999	7.307
	<b>46.795</b>	<b>7.432</b>

### 9. Ativos e passivos fiscais diferidos

#### Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Resultado do exercício antes dos impostos</b>	(299.941)	(336.072)
<b>Alíquota nominal (%)</b>	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(101.980)	(114.264)
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>		
Diferenças temporárias	(951)	(5.388)
Diferenças permanentes	30	942
Compensação prejuízo fiscal e base negativa	-	-
<b>Prejuízo fiscal e base negativa</b>	<b>(102.901)</b>	<b>(118.710)</b>
Imposto correntes	-	-
Imposto diferido	6.671	(7.892)
<b>Alíquota efetiva de impostos (%)</b>	<b>-2,22%</b>	<b>2,35%</b>

## Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Provisões diversas	-	-	4.556	7.816	(3.260)	(2.754)
Provisão para manutenção (a)	25.826	38.456	-	-	(12.630)	(833)
Amortização - ICPC01 (b)	150.061	146.770	-	-	3.291	(4.195)
AVP Provisão de manutenção (c)	-	-	(2.834)	(920)	(1.914)	(110)
Depreciações - ICPC01 (d)	-	-	(112.502)	(113.625)	1.123	-
Pagamento impostos (f)	-	-	-	-	20.061	-
Prejuízo fiscal e base negativa (e)	182.803	182.803	-	-	-	-
<b>Total de impostos diferidos</b>	<b>358.690</b>	<b>314.917</b>	<b>(110.780)</b>	<b>(106.729)</b>	<b>6.671</b>	<b>(7.892)</b>

- (a) As provisões para manutenção são constituídas para honrar compromissos operacionais de manter o nível de serviço adequado. Considera-se para esta provisão a atividade de recapeamento para toda a manta asfáltica que será progressivamente substituída ou melhorada;
- (b) Amortização do ativo intangível de concessões não é dedutível na base de apuração do lucro real;
- (c) O Ajuste a Valor Presente sobre a provisão para manutenção gera receitas financeiras tributáveis por diferenças temporárias;
- (d) Depreciação por regime fiscal excluída para fins de apuração do lucro real;
- (e) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, a Companhia reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas provisões.
- (f) Diante das regras determinadas pela Receita Federal do Brasil nas modalidades do programa de parcelamento de impostos, a SPMAR optou em pagar a entrada dos valores nos termos do Arto 2º Inciso II da MP 766/17, ou seja, pagamento em espécie, de no mínimo, 24% (vinte e quatro por cento) da dívida consolidada em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízos fiscais e base negativa da CSCL ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. Desta forma a SPMAR utilizou o valor R\$ 12.085 de impostos diferidos para o abatimento de imposto próprios, e R\$ 7.976 para o abatimento da Contern Construções e Comércio Ltda.

## 10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2018 Líquido	31/12/2017 Líquido
Imobilizado da Administração	10% a 20%	17.480	(7.842)	<b>9.638</b>	<b>11.397</b>
		<b>17.480</b>	<b>(7.842)</b>	<b>9.638</b>	<b>11.397</b>

## Movimentação do custo

	31/12/2016	Adições/(baixas)	31/12/2017	Adições/(baixas)	31/12/2018
Imobilizado da Administração	18.541	(1.134)	17.407	73	17.480
	18.541	(1.134)	17.407	73	17.480

## Movimentação da depreciação acumulada

	31/12/2016	Adições	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Imobilizado da Administração	(4.168)	(1.842)	(6.010)	(1.832)	(7.842)
	(4.168)	(1.842)	(6.010)	(1.832)	(7.842)

## 11. Intangível

	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	31/12/2018 Líquido	31/12/2017 Líquido
Intangível de construção	2,86%	3.416.889	(321.404)	3.095.485	3.180.540
Intangível de outorga	2,86%	389.308	(87.131)	302.177	313.300
Software	2,86%	8.339	(1.669)	6.670	6.269
		3.814.536	(410.204)	3.404.332	3.500.109

## Movimentação do custo

	31/12/2016	Adições/Baixas	31/12/2017	Adições/Baixas	31/12/2018
Intangível de construção	3.422.420	(34.207)	3.388.213	28.676	3.416.889
Intangível de outorga	389.308	-	389.308	-	389.308
Software	7.489	112	7.601	738	8.339
	3.819.217	(34.095)	3.785.122	29.414	3.814.536

## Movimentação da amortização acumulada

	31/12/2016	Adições	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Intangível de construção	(95.635)	(112.038)	(207.673)	(113.731)	(321.404)
Intangível de outorga	(64.885)	(11.123)	(76.008)	(11.123)	(87.131)
Software	(997)	(335)	(1.332)	(337)	(1.669)
	(161.517)	(123.496)	(285.013)	(125.191)	(410.204)

A Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 01 para os ativos diretamente relacionados a operação da concessão, ou seja, todos os ativos de infraestrutura que foram construídos ou melhorados, de modo que fosse possível para a Companhia obter receitas adicionais ao usufruir da operacionalização destes ativos.

Além das obras e melhorias, dentro do ativo intangível também estão incluídos bens como veículos utilizados nas atividades operacionais, sistemas de controle de tráfego, equipamentos de vigilância e segurança e sistemas de controle de arrecadação.

O direito de exploração da malha rodoviária (direito de outorga da concessão) também é reconhecido como um ativo intangível, a Companhia realizou o pagamento total ao poder concedente referente ao valor fixo da outorga, em 02 de março de 2011.

## 12. Empréstimos e financiamentos

		31/12/2018	31/12/2017
Repasse BNDES	TJLP + 1,75% a.a. a 4,55% a.a.	2.307.253	2.269.814
Capital de giro	CDI + 3,5% a.a.	791.342	561.805
Capital de giro	CDI a 138%	223.884	164.527
		3.322.479	2.996.146
<b>Circulante</b>		<b>1.335.047</b>	<b>806.433</b>
<b>Não circulante</b>		<b>1.987.432</b>	<b>2.189.713</b>

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2018	2017
<b>Saldos iniciais</b>	<b>2.996.146</b>	<b>2.817.340</b>
<b>Varição do fluxo de caixa de financiamento</b>		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	-	(142.707)
Pagamentos de juros	-	(24.356)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>2.996.146</b>	<b>2.650.277</b>
<b>Outras variações</b>		
Despesas de juros	326.333	345.869
<b>Saldos finais</b>	<b>3.322.479</b>	<b>2.996.146</b>

	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	198.346
2020	197.640	198.346
2021	197.640	198.346
2022	197.640	198.346
2023	197.640	198.346
2024	197.640	198.346
2025 (+)	999.232	999.637
	<b>1.987.432</b>	<b>2.189.713</b>

A Companhia realizou a contratação de Financiamento mediante Repasse contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que entre si celebraram a Caixa Econômica Federal e a empresa Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial, com a interveniência da Cibe Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A., Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. – Túneis, Terraplenagens e Pavimentações, realizada em 15 de março de 2013.

O total dos créditos foi de R\$ 1.528.225.542,52, sendo liberados de acordo com os subcréditos a seguir:

- **Subcrédito “A”:** R\$ 183.992.700,76 (cento e oitenta e três milhões, novecentos e noventa e dois mil, setecentos reais e setenta e seis centavos);
- **Subcrédito “B”:** R\$ 78.854.014,61 (setenta e oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatorze reais e sessenta e um centavo);
- **Subcrédito “C”:** R\$ 259.716.247,75 (duzentos e cinquenta e nove milhões, setecentos e dezesseis mil, duzentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos);

- **Subcrédito “D”:** R\$ 111.306.963,32 (cento e onze milhões, trezentos e seis mil, novecentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos);
- **Subcrédito “E”:** R\$ 362.727.899,05 (trezentos e sessenta e dois milhões, setecentos e vinte e sete mil, oitocentos e noventa e nove reais e cinco centavos);
- **Subcrédito “F”:** R\$ 155.454.813,88 (cento e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e treze reais e oitenta e oito centavos);
- **Subcrédito “G”:** R\$ 81.037.439,98 (oitenta e um milhões, trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos);
- **Subcrédito “H”:** R\$ 34.730.331,42 (trinta e quatro milhões, setecentos e trinta mil, trezentos e trinta e um reais e quarenta e dois centavos);
- **Subcrédito “I”:** R\$ 176.934.802,83 (cento e setenta e seis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e dois reais e oitenta e três centavos);
- **Subcrédito “J”:** R\$ 75.829.201,21 (setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, duzentos e um reais e vinte e um centavo);
- **Subcrédito “K”:** R\$ 7.641.127,71 (sete milhões, seiscentos e quarenta e um mil, cento e vinte e sete reais e setenta e um centavo).

O financiamento, de acordo com as normas específicas da CEF, com as disposições do BNDES e com as características do projeto, obedecerá aos seguintes prazos:

- Utilização dos recursos:** o prazo para utilização dos recursos colocados à disposição da beneficiária é de:
  - **Subcréditos “A” e “B”:** até 15/03/2015;
  - **Subcréditos “C” a “F”:** até 15/03/2016;
  - **Subcréditos “G” a “K”:** até 15/03/2017.
- Carência:** o prazo de carência será conforme para todos os subcréditos até 15 de junho de 2020.
- Amortização:** exigíveis trimestralmente entre 15 de setembro de 2020 e 15 de dezembro de 2022.

**Amortização e juros:** o principal da dívida decorrente deste contrato bem como os juros do período de março de 2023 até junho de 2032, referente a todos os subcréditos serão pagos mensalmente em percentuais pré-definidos contratualmente e aplicados sobre o saldo devedor. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas neste contrato, tais como principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, serão constituídas as seguintes garantias:

- **Garantias Reais** - alienação fiduciária da totalidade das ações do capital social da beneficiária, detidas pela Infra Bertin e Toniolo, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; ii) cessão fiduciária, pela beneficiária, de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do contrato de concessão, respeitado o disposto no artigo 28, da Lei nº 8.987/95, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes da Concessão e Outras Avenças .

- **Fiança** - as intervenientes anuentes - fiadoras, CIBE Investimentos e Participações S.A., Contern Construções e Comércio Ltda., Heber Participações S.A., citadas no preâmbulo deste CONTRATO (i) aceitam o presente contrato na qualidade de fiadoras e principais pagadoras, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, responsabilizando-se, solidariamente, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas pela beneficiária, neste Contrato, até final liquidação deste contrato; e (ii) declaram-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadoras e principais pagadoras, solidariamente responsáveis, da beneficiária oriundo deste contrato, e em conformidade com o artigo 818 do código civil;
- **Contrato suporte de acionistas** - as acionistas celebrarão contrato de suporte para garantir a cobertura integral de eventuais sobrecustos ou atrasos, multas e penalidades impostas pelos órgãos reguladores ou, ainda, receitas inferiores à projetada;
- **Seguros** - a beneficiária contratará seguros nas modalidades Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil, Seguro Garantia – Funções de Ampliação e Seguro Garantia – Funções Operacionais.
- **Covenants Financeiros**– O Contrato prevê o cumprimento de covenants financeiros os quais serão exigíveis a partir do encerramento do exercício de 2026.

### 13. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais diversos	18.624	17.951
Seguros a pagar	2.701	3.947
Ônus variável a pagar	1.243	1.249
Outras contas a pagar	10.456	18.236
	<b>33.024</b>	<b>41.383</b>

A exposição da Companhia para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 23.

### 14. Obrigações fiscais

	31/12/2018	31/12/2017
COFINS	835	3.034
PIS	180	361
ISS	25.299	24.480
IRRF	80	217
CSSL	18	49
Parcelamento federal	36.030	41.125
Parcelamento municipal	18.550	23.595
Outros	-	-
	<b>80.992</b>	<b>92.861</b>
Circulante	34.470	38.251
Não circulante	46.522	54.610

### 15. Provisão para manutenção

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo contrato de concessão. Para essas manutenções previstas, a Administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil da conserva em infraestrutura.



A Administração entende que o contrato de concessão é caracterizado como de natureza executória, conforme Orientação Técnica 05. Essa premissa estabelece que o contrato pode ser finalizado a qualquer momento tanto pelo poder concedente quanto pela concessionária e, dessa forma, a Companhia provisiona apenas as próximas intervenções de conserva que devem ser realizadas em trechos específicos da malha rodoviária.

Os montantes provisionados são fundamentados com base em cronograma Físico Financeiro no 11 da ARTESP. Os montantes são atualizados por índice de mercado IGP-M.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da provisão para manutenção ajustado a valor presente é de R\$ 67.624 e está demonstrado a seguir:

	31/12/2016	Adições	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Provisão para manutenção - circulante	3.583	20.610	24.193	25.874	50.067
AVP - provisão para manutenção - circulante	(1)	(3.096)	(3.097)	811	(2.286)
	3.582	17.514	21.096	26.685	47.781
Provisão para manutenção - não circulante	45.276	(6.142)	39.134	(13.244)	25.890
AVP - provisão para manutenção - não circulante	(3.886)	(3.264)	(7.150)	1.103	(6.047)
	41.390	(9.406)	31.984	(12.141)	19.843
	44.972	8.108	53.080	14.544	67.624

#### 16. Provisão para contingências

Os Assessores Jurídicos da Companhia identificaram processo de natureza cível e trabalhista, cuja expectativa de perda foi considerada como provável, no valor de R\$ 13.399 (R\$ 10.139 em 31 de dezembro de 2017). Já para os processos identificados como de perdas possíveis, de natureza cível, trabalhista e tributária, no montante de R\$ 457.571, a Administração da Companhia não considera necessária constituição de provisão.

#### Processos administrativos – ARTESP

No curso normal de suas operações, a Companhia mantém algumas discussões no âmbito da esfera administrativa junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, que, por entender que a Companhia descumpriu algumas cláusulas do Contrato de Concessão nº 001/Artesp/2011 emitiu diversas notificações de infração contra a Companhia, as quais estão em fase de impugnação nos processos administrativos sancionatórios da Artesp. Assim, encontram-se em discussão na Artesp, notificações de infração que podem redundar na aplicação de multas pecuniárias que totalizavam, em 31 de dezembro de 2018, o valor atualizado de R\$ 63.164. A Companhia e seus Assessores jurídicos entendem que a possibilidade de perdas é remota.

## 17. Patrimônio líquido

O capital social subscrito e parcialmente integralizado de R\$ 1.439.261 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2017) está representado por 1.445.030.571 ações, sendo 746.725.695 ações ordinárias e 698.304.876 ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2017), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes Acionistas:

	Participação %
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	96,84
Toniolo, Busnello S.A.	3,16
	100

Em 28 de junho de 2012, através de ata da assembleia geral extraordinária, a Contern Construções e Comércio Ltda. e a Cibe Investimentos e Participações S.A. capitalizaram a Infra Bertin Empreendimentos S.A. com a totalidade das ações da Concessionária SPMAR S.A. - em Recuperação Judicial

Em 28 de dezembro de 2012, através de ata da assembleia geral extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, subscreveram e integralizaram parcialmente 336.068.610 novas ações.

Em 03 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações, integralizou R\$ 11.035.

Em 06 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 523.313.561 novas ações.

Em 10 de outubro de 2014, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. subscreveu e integralizou 9.122.000 novas ações.

Em 09 de janeiro de 2015, através de Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Infra Bertin Empreendimentos S.A. e Toniolo, Busnello S.A. Túneis, Terraplanagens e Pavimentações subscreveram e integralizaram 30.000.000 novas ações.

### **Ações ordinárias**

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

### **Ações preferenciais**

As ações preferências de emissão da Companhia não conferem direito a voto, e participam dos lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias, sendo-lhes asseguradas prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio.

### **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos Termos do Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

## Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei das S.A.

## 18. Receitas

	31/12/2018	31/12/2017
Pedágio em numerário	77.452	75.565
Pedágio por equipamentos eletrônicos	190.311	189.021
Vale pedágio	10.637	10.408
Pedágio em cupons	6.556	5.061
Receita de construção (a)	28.676	7.029
Receitas acessórias (b)	3.518	3.307
Deduções de receita	(25.063)	(24.321)
	<b>292.087</b>	<b>266.070</b>

- (a) A receita de construção é uma terminologia adotada pela Interpretação Técnica ICPC 01 que diz respeito à contrapartida no resultado de todo o ativo intangível obtido através de construções ou melhoramentos na infraestrutura. A Administração da Companhia optou por reconhecer margem nula na receita de construção, ou seja, custos incorridos com obras são idênticos à receita de construção;
- (b) Receita proveniente de cobranças pela utilização da faixa de domínio por empresas autorizadas.

## 19. Gastos por natureza

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(25.546)	(5.146)	<b>(30.692)</b>	(23.191)	(3.725)	<b>(26.916)</b>
Provisão para manutenção (b)	(12.630)	-	<b>(12.630)</b>	(14.468)	-	<b>(14.468)</b>
Custo de construção (a)	(28.676)	-	<b>(28.676)</b>	(7.029)	-	<b>(7.029)</b>
Serviços de terceiros	(21.597)	(8.137)	<b>(29.734)</b>	(24.267)	(10.458)	<b>(34.725)</b>
Materiais/equipamentos/veículos	(12.713)	(694)	<b>(13.407)</b>	(12.612)	(373)	<b>(12.985)</b>
Poder concedente (c)	(4.327)	-	<b>(4.327)</b>	(4.250)	-	<b>(4.250)</b>
Depreciação e amortização (d)	(123.401)	(3.622)	<b>(127.023)</b>	(123.909)	(3.673)	<b>(127.582)</b>
Provisão de contingência	-	(3.260)	<b>(3.260)</b>	-	(8.152)	<b>(8.152)</b>
Outros	(5.575)	(6.793)	<b>(12.337)</b>	(5.292)	(18.362)	<b>(23.654)</b>
	<b>(234.465)</b>	<b>(27.652)</b>	<b>(262.117)</b>	<b>(215.018)</b>	<b>(44.743)</b>	<b>(259.761)</b>

- (a) Referem-se aos custos incorridos quando da contratação de fornecedores para obras na infraestrutura. O reconhecimento do custo de construções ocorre de forma progressiva conforme Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de construção, tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A mensuração do custo é realizada por empresas de Engenharia responsável por emitir os relatórios de medição;
- (b) Provisão para realização das próximas conservas em trechos das rodovias seguindo a premissa de contrato executório. Os montantes são provisionados com base em relatórios elaborados pelos Engenheiros da Companhia, respeitando os prazos determinados pelo cronograma da Artesp;
- (c) Pagamento das parcelas variáveis ao poder concedente, conforme obrigação contratual;

- (d) A amortização do ativo intangível de construções e do direito de outorga da concessão ocorrerá de forma linear, de forma que o valor residual do ativo intangível, no final da concessão, será nulo.

## 20. Outras despesas

	31/12/2018	31/12/2017
Receita venda imobilizado	-	3.380
Custo imobilizado	-	(4.558)
Sinistros recebidos	69	432
Outros	31	-
	<b>100</b>	<b>(746)</b>

## 21. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita financeira</b>		
Rendimento de aplicações financeiras	3.157	2.012
Descontos obtidos	-	1.636
Juros ativos	105	44
AVP - provisão para manutenção	-	6.360
Outras receitas financeiras	-	-
	<b>3.262</b>	<b>9.852</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
IOF sobre operações financeiras	(1)	(66)
Juros sobre debêntures, empréstimos e financiamentos	(326.333)	(345.869)
AVP - provisão para manutenção	(1.914)	-
Juros passivos	(4.770)	(5.137)
Despesa bancárias	(255)	(253)
Perdas com clientes	-	-
Outras	-	(162)
	<b>(333.273)</b>	<b>(351.487)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(330.011)</b>	<b>(341.635)</b>

## 22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis. Consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros é composta, conforme a seguir e estão em linha com as necessidades exigidas no Contrato de Concessão:

Descrição	Tipo de seguro	31/12/2018
Riscos operacionais	Riscos operacionais	7.576.242
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	72.400
Seguro garantia	Seguro garantia de funções de ampliação	221.394
Seguro garantia	Seguro garantia de funções operacionais, conservação	94.846
		<b>7.964.882</b>

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos Auditores da Companhia.

## 23. Compromissos vinculados ao Contrato de Concessão

### **Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão**

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

### **Compromissos relativos às concessões**

Além dos pagamentos ao poder concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2018 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

## 24. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se a aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e captação de empréstimos e financiamentos para capital de giro, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.a.

Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- **Contas a receber de clientes:** as contas a receber de clientes são avaliadas pelo valor de realização e são deduzidas da provisão para perda de crédito esperada;
- **Fornecedores nacionais:** os valores reconhecidos representam a parcela em reais dos valores de aquisição das mercadorias;
- **Partes relacionadas a receber/pagar:** apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado;
- **Empréstimos e financiamentos:** os valores de mercado para os empréstimos e financiamentos são idênticos aos dos saldos contábeis.

\* \* \*